

Fernando Pessoa

## **Ao investigar qual seja a verdadeira tradição política de Portugal,**

Sidonismo

Ao investigar qual seja a verdadeira tradição política de Portugal, importa, antes de mais nada, definir este conceito de *tradição*. Ele pode ter três sentidos: ou o que passa, sem quebra, de pais a filhos, como, por exemplo, a língua pátria; ou o que (...)

O despotismo central equilibrado pela descentralização municipalista.

Com o estado perpétuo de guerra, e guerra agónica (?), criado pelos (...), que farão o seguimento, mórbido mas inevitável, das nossas descobertas, o municipalismo desapareceu, para deixar de pé, apenas, e mais forte, o despotismo ou poder absoluto. Quebrando (...) o poder da fidalguia, que mau grado o pouco feudalismo entre nós, ainda assim era uma regionalização, a Monarquia mais aumenta o seu centralismo e o seu poder.

Houve, assim, ruptura de equilíbrio.

Ficando Portugal, assim, reduzido politicamente a um mero poder central, sem vida aristocrática política, porque a aristocracia foi, politicamente, morta por D. João II, e sem vida popular política porque a vida dos municípios, lentamente apagada sob os últimos reis de Avis, veio a extinguir-se dos Filipes para os Braganças — o poder central, decaindo, decaiu politicamente tudo. Houve, com a Restauração, um renascimento do aristocratismo, mas o Marquês de Pombal esfacelou-o novamente, levando ao fim a obra iniciada por D. João Segundo.

Assim, quando o internacionalismo maçónico cindiu Portugal em dois partidos, de instinto atacou a forma política que era a única no Reino — a Monarquia (absoluta). Mas em nome de que classe é que atacou a Monarquia? Não em nome do povo, pois não buscou reconstituir o municipalismo português. Movimento simultaneamente anticatólico (ou anti-ultramontano) e anti-britânico,

o constitucionalismo fez cair a Monarquia absoluta, ligada sim ao catolicismo, mas não, ela própria, catolicismo, aliada, sim, da Inglaterra, mas não inglesa.

Foi contra o ultramontanismo e contra a baixeza da m[onarquia] absoluta que o liberalismo se ergueu. Mas propriamente não foi contra a m[onarquia] absoluta. Mas os (...) — povo ou mais — nunca distinguem, em uma instituição, a essência dos acidentes, e tornam uma instituição corrupta por essa instituição, tal qual, não por a corrupção dela.

Se alguém de novo passou a ter força durante o c[onstitucionalismo], foram as classes médias, mas não as classes médias como *classes*, porém como *indivíduos*. As classes médias *políticas* é que passaram a governar. Nem passaram a governar (e isto é importantíssimo) porque houvessem adquirido importância *nacional*, senão porque a adquiriram *internacional*. A rev[olução] constitucional não (foi) feita em favor da burguesia portuguesa, mas em favor da burguesia europeia. (Foi, portanto, um fenómeno extra-nacional.) Foi feita porque a instrução, afinal, alguma coisa progredira, as guerras napoleónicas alguma coisa haviam sacudido as populações (...) o Constitucionalismo foi feito pelo espírito da época contra a m[onarquia] absoluta, não pelo espírito português da época contra essa monarquia.

Vimos já que, em grande parte, o liberalismo foi um anti-catolicismo. Veremos agora que foi um anti-nacionalismo.

A única tentativa propriamente burguesa foi a "Maria da Fonte", que uma intervenção estrangeira dominou.

Sendo um movimento de *necessidade nacional*, mas não um movimento *nacional*, o c[onstitucionalismo], pela parte destrutiva, teve razão, pela parte construtiva não a teve. As torças destituídas estavam, de facto, incapazes de governar em Portugal; as que entraram a governar eram capazes de o *fazer*, mas não em Portugal. Havia outras, que devessem e pudessem governar? Não; não as havia; e a tragédia nacional era essa. Só a m[onarquia] podia governar; só ela, absoluta ou reformada. A monarquia não havia deixado medrar, politicamente, classe nenhuma; tinha-se tornado a única força política existente. Caída, não havia quem a substituísse, porque não havia classe capaz de pensamento político, porque não havia vida política viável em Portugal senão a mon[arquia] absoluta, e essa era inviável, já, num país europeu. Não havia classe com capacidade política; não havia portanto classe com capacidade reformadora.

Ora quando uma reforma política se impõe, e não há classe (ou força) política capaz de a fazer, a reforma faz-se porque se impõe, mas faz-se *por revolução*. Uma revolução é uma *reforma feita por classes incapazes de reformar*. Onde não há senso político há senso revolucionário

Fê-la a burguesia e parte da aristocracia [?], porque era a única classe capaz de acção, foi uma revolução, porque essa classe, única capaz de acção, não era, por para tal não estar treinada, capaz de acção *política*. Sendo incapaz de acção política, não podia senão substituir à fórmula gasta uma fórmula estrangeira, pois lhe faltou o ímpeto [?] político país criar uma fórmula nacional.

Assim, o c[onstitucionalismo] acrescentou à decadência a desnacionalização. Teve, porém, duas vantagens: despertar a burguesia politicamente e, com as revoluções que fez e contra-revoluções que motivou, sacudiu o letargo nacional. As revoluções — as anarquias, mesmo — têm a sua hora histórica, a sua necessidade social; como as guerras o seu tempo e a sua vantagem [. . .] Não caiamos no conceito absurdo de que a ordem é sempre precisa; por vezes é precisa a desordem (. . .)

Quais foram, porém, os efeitos esperáveis da aplicação a um país de um sistema político inaplicável a ele, estrangeiro a ele, e por uma classe ineducada para governar? Por a classe ser ineducada para governar, ruína da administração; por querer governar reformando, ou seja sem capacidade de governar administrando, a derrocada e o caos político; por ter que governar com princípios estrangeiros a viciação do carácter nacional; por ter que governar inadaptação, a sua radicação em oligarquia — isto é, em minoria governante governando [. . .] fim da relação com as necessidades nacionais e as solicitações da continuidade governativa da vida pátria. Quando, porém, uma classe que obtém o poder passa a governar só negativamente e a construir só fortuitamente, sem apoio em nenhuma tradição, nem suporte em nenhuma força do povo, passa daí a pouco a governar só por governar; passando a governar só por governar, passa a governar só em seu proveito, primeiro político, depois pessoal. Um regime implantado nas condições de um constitucionalismo tem fatalmente que acabar por dar o que dará.

Diz (. . .), com razão, que os nossos presentes condutores têm sido *quadrilhas de gatunos*.

As causas, não nacionais mas gerais, que deram força à burguesia antes, e para, o c[onstitucionalismo], continuaram, no séc. XIX, a dar-lhe força. pa-

ralelamente, o c[onstitucionalismo] corrompia, e as classes médias caíram ou na indiferença ou na porcaria da política constitucional. Com o acréscimo da corrupção dos costumes, que modernamente se deu, ficou estragada de todo a classe em que se apoiava o c[onstitucionalismo]. E a instrução, alastrando o influxo das ideias estrangeiras, breve "alargaram" as classes políticas até elas abrangerem o povo — o povo das cidades, é claro — o proletariado pseudo-menos-inculto.

A tradição constitucional, ou liberal, preparara a "ideia" republicana que, de um ponto de vista, é apenas o C[onstitucionalismo] num nível mais baixo ou com uma maior amplitude de aderência — o liberalismo popular.

Renovou-se o fenómeno que se dera com a queda da velha monarquia. Da parte religiosa do problema já falámos; resta ver a parte exclusivamente política.

Toda a criatura sã, em Portugal, se afastava da política.

As massas populares, em parte bestializadas, em parte corruptas (...)

Deu-se a reacção. Mas *quem* reagia? Criaturas das mesmas classes que governavam. Criaturas, portanto, com a mesma hereditariedade, vivendo no mesmo meio que os governantes. Criaturas, portanto, moral e intelectualmente idênticas a eles, pois seria o maior dos milagres se, com idêntica hereditariedade e com idêntico meio fossem diferentes. Um ou outro reagia em virtude de [...] e carácter, de legítima e honesta indignação moral. Mas nenhum *partido* podia reagir senão corruptamente, porque, quando uma sociedade é corrupta, pode haver, e há, indivíduos que o não são; mas não há *agrupamentos* que o não sejam, ou, se os há, não podem ter acção social, pois só corruptamente se pode agir numa sociedade corrupta. Um partido político, a ser são, tende a não agir, o que é uma contradição com o próprio conceito de partido político; a agir, terá de se integrar nos *modos de acção* do meio, tinha, na expressão mais moral, que se adaptar ao meio. Pois, à medida que foi tomando forças, o partido republicano foi-se tornando mais corrupto. Era a sua condição de vitória — num meio corrupto, [...] com corruptos. É comparar os homens do [...] de Antero de Quental e M. de Araújo [?] com os safados de [...] e Afonso Costa e do abade Braz, que são os da geração da vitória republicana. Os primeiros falham em 31 de Janeiro; os segundos vencem em 5 de Outubro. Eram os adaptados ao meio. E os que sobreviveram, [...], quantas vezes não preferiram haver morrido antes que tivessem de sofrer a alegria da vitória.

s. d.

**Da República (1910 — 1935)** . Fernando Pessoa. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Mourão. Introdução e organização de Joel Serrão). Lisboa: Ática, 1979: 104.